



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações Gerais

1.1 - Natureza Jurídica da Entidade

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6) é órgão público do Poder Judiciário Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o número 02.566.224/0001-90, tendo jurisdição no Estado de Pernambuco e sede na Avenida Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife, na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco.

A Justiça do Trabalho em Pernambuco é formada, na primeira instância, por 70 Varas Trabalhistas, sendo 23 na capital e outras 47 unidades distribuídas na região metropolitana do Recife, zona da mata, agreste e sertão do estado, ao passo que, na segunda instância, por 19 Gabinetes de Desembargador.

As Demonstrações Contábeis do TRT6 são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

2. Resumo das Políticas Contábeis Significativas

Políticas contábeis adotadas com base na Lei 4.320/64; nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; e nas normas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que tem a missão de consolidar as contas da Federação, o que se faz, principalmente, por meio da edição dos Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público – MCASP. Em 2021, os registros contábeis foram baseados no MCASP 8ª Edição, válido para aplicação a partir do exercício 2019.

2.1 - Base de Preparação e Mensuração

A metodologia utilizada para realizar a mensuração de ativos e passivos no âmbito desta UPC é aquela definida pela NBC TSP 07, e alterações, notadamente no que se refere aos seguintes critérios e procedimentos:

2.1.1 - Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

São computados nesse item os saldos na conta de limite de saque com vinculação de pagamento e os depósitos e cauções vinculados a garantias contratuais.

2.1.2 - Créditos e Dívidas

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original.

Nesse sentido, o TRT6 tem efetuado registros de créditos a receber por adiantamento de salário por ocasião das férias e adiantamento de 13º salário, distinguindo-se a situação do servidor (ativo ou inativo), no caso de 13º salário, e o regime de previdência a qual está vinculado (RPPS ou RGPS), cessão de pessoal, de assinaturas e anuidades a apropriar, prêmio de seguros a apropriar – VPD pagas antecipadamente, bem como adiantamento de contribuições futuras (correção monetária incidente sobre o aporte ao FUNPRESP JUD – LP).

O registro ou a baixa por competência dos passivos de 13º salário e do adicional de 1/3 de férias são efetuados mensalmente.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos. Foi constituída provisão para Requisição de Pequeno Valor - RPV, registrada mensalmente pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT.

2.1.3 - Estoques

Os bens em almoxarifado são avaliados na entrada pelo custo de aquisição ou de produção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

2.1.4 - Imobilizado

O Ativo Imobilizado, composto de bens móveis e imóveis, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, construção ou produção.

Os elementos do ativo imobilizado com vida útil econômica limitada ficam sujeitos à depreciação durante esse período, com a consequente dedução do valor nos itens patrimoniais relacionados.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros deve ser reconhecido como variações patrimoniais diminutivas do período em que seja incorrido. As transferências de bens foram realizadas pelo seu valor líquido contábil.

O TRT6 tem observado os métodos de mensuração de bens móveis, com o fim de atualizar os valores antes do desfazimento de bens, como nos casos de doação.

Os bens imóveis são registrados pelo valor de construção e, enquanto ainda não registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, são contabilizados na conta contábil “Bens de Uso Especial não Registrados no SPIUnet”. Os demais bens imóveis estão contabilizados na conta “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”. Até a conclusão das obras os valores ficam registrados em contas que devem ter o caráter transitório e registram segregadamente os “Estudos e Projetos”, as “Obras em Andamento” e as “Instalações”.

As reavaliações dos bens imóveis registrados no SPIUnet são anotadas no próprio sistema que gera registro contábil automático no SIAFI. Quanto aos não registrados no SPIUnet, os lançamentos contábeis das reavaliações são realizados diretamente no SIAFI.

2.1.5 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível devem ser incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto deve ser reconhecido como despesa do período em que seja incorrido.

No TRT da 6ª região o Ativo Intangível é formado apenas por softwares que, de acordo com a apreciação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, são, em sua totalidade, de vida útil indefinida, o que dispensa o registro de amortização, nos termos do item 7.8 da Macrofunção SIAFI 02.03.45 – Ativos Intangíveis.

2.1.6 - Depreciação/Amortização

O TRT6 observa os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial na NBC TSP 07 (Ativo Imobilizado) e Macrofunção SIAFI 02.03.30 (depreciação, amortização e exaustão na administração direta da União, Autarquias e Fundações).

Quanto à depreciação de bens imóveis do TRT6, o valor é apurado, mensal e automaticamente, pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art 7º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10/12/2014), cujo cálculo se inicia a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

2.1.7 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis

Os procedimentos para registro da reavaliação e redução a valor recuperável na Administração Pública Direta da União têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, NBC TSP, MCSP e Lei nº 10.180/2001. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável e reavaliação, bem como a mensuração do valor ,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas detalhadamente no Manual SIAFI, Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

2.1.8 - Passivos Circulantes e Não Circulantes

São classificadas no passivo circulante as obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis e no passivo não circulante o conjunto de obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, em atendimento ao constante na NBC TSP – Estrutura Conceitual.

As obrigações do Tribunal são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

No âmbito deste Regional, o passivo circulante está constituído por despesas relacionadas a fornecedores e contas a pagar a curto prazo; e demais obrigações a curto prazo.

2.1.9 - Provisões e Passivos Trabalhistas

Conforme indicado pela Coordenadoria de Pagamento de Pessoal, o cálculo e a apuração dos valores de passivos observam a fundamentação constante da decisão que defere o direito, inclusive observando a prescrição. A atualização monetária e juros são feitos segundo os critérios estabelecidos na Resolução 137/2014 do CSJT, alterada pela Resolução 302/2021.

2.1.10 - Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

2.1.11 - Patrimônio Líquido

É constituído, basicamente, pelo resultado do exercício e pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores.

2.1.12 - Resultado Patrimonial

A apuração do Resultado Patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. O resultado for positivo representa um Superávit Patrimonial, caso contrário terá sido apurado um Déficit Patrimonial.

2.1.13 - Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

2.1.14 - Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. Podendo ser evidenciado no Balanço Financeiro e na Demonstração do Fluxo de Caixa.

2.1.15 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

3. Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei n.º 4.320/1964

As demonstrações contábeis foram extraídas do SIAFI Web e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora 080006 – Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sendo compostas por:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO;
BALANÇO FINANCEIRO – BF;
BALANÇO PATRIMONIAL – BP;
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP;
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC.

As notas explicativas compõem as demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes das referidas demonstrações.

3.1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário – BO demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme disposto no art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Pelo contido na NBC TSP 11, que altera NBC T 16.6(R1), o BO evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, com demonstração do resultado orçamentário. Por conseguinte, o BO é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Adicionalmente ao Balanço Orçamentário, no modelo válido a partir do exercício de 2015, são incluídos dois anexos demonstrativos de execução de Restos a Pagar (RP), um relativo aos RP não processados, outro relativo aos RP processados, com o mesmo detalhamento das despesas orçamentárias do balanço, de modo a propiciar uma análise da execução orçamentária do exercício em conjunto com a execução dos Restos a Pagar.

O quadro principal demonstra as receitas orçamentárias detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

3.1.1 – Receitas Orçamentárias

Os campos da coluna "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada", no Balanço Orçamentário (Subtotal de Receitas e Subtotal com Refinanciamento) são demonstrados com um (-), indicando valor inexistente ou nulo, uma vez que não houve previsão de receitas na Lei Orçamentária Anual de 2021 para a UG 080006 - Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Os recursos necessários para o pagamento das despesas do órgão são oriundos de transferências financeiras.

A linha "Déficit", constante da coluna "Receitas Realizadas", demonstra saldo negativo decorrente do confronto entre as receitas realizadas, de valor zerado, com as despesas empenhadas, no valor de R\$ 920.551.854,96. Como o valor é negativo, é apresentado na linha de Déficit junto à receita para igualar a execução da Receita Orçamentária com a execução da Despesa Orçamentária, com a finalidade de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

O déficit apontado no comparativo das receitas e despesas executadas é justificado pela ausência de receitas no Balanço Orçamentário (não consolidado) dos órgãos não titulares da arrecadação de receitas do Tesouro, os quais executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo deficitários e dependentes de recursos do Tesouro.

A coluna "Saldo" do Balanço Orçamentário é totalizada no montante que representa a diferença entre a coluna "Previsão Atualizada" e as "Receitas Realizadas", representadas na linha de Déficit, no valor de R\$ 920.551.854,96.

A linha "Créditos Adicionais Abertos" no exercício de 2021 refere-se ao valor originado de suplementação orçamentária por meio da fonte de anulação/cancelamento parcial ou total de dotação.

3.1.2 – Despesas Orçamentárias

A seguir teremos a análise dos principais itens que compõem a Despesa Orçamentária no Balanço Orçamentário, a qual passou a ser demonstrada, a partir do exercício de 2015, por empenho, liquidação e pagamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

Do total da "Dotação inicial" consignada na Lei nº 14.144/2021 (LOA 2021) para o TRT6, além dos créditos oriundos da fonte do Tesouro Nacional teve como fonte complementar de custeio receita originada de fonte própria, sendo R\$ 4.881.948,00, da fonte 181 - Recursos de Convênios (remuneração dos depósitos judiciais) e R\$ 2.817.099,00, da fonte 150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados (taxa de uso de imóveis e cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento), equivalentes a menos de 1% da "Dotação Autorizada".

A programação da despesa, por função e subfunção de governo, ao final do exercício de 2021 apresentou a configuração evidenciada a seguir:

Quadro 1 – Programação da Despesa (por função e subfunção)

| Função Governo | | Subfunção Governo | | Dotação Inicial | Movimentação de Créditos | Dotação Atualizada |
|----------------|--------------------|-------------------|-----------------------------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|
| 28 | Encargos Especiais | 846 | Outros encargos Especiais | 50.000,00 | 145.858,00 | 195.858,00 |
| 02 | Judiciária | 061 | Ação Judiciária | 3.572.855,00 | - | 3.572.855,00 |
| | | 122 | Administração Geral | 508.371.421,00 | 6.433.197,00 | 514.804.618,00 |
| | | 131 | Comunicação Social | 1.153.142,00 | (522.077,00) | 631.065,00 |
| | | 301 | Atenção Básica | 41.777.810,00 | - | 41.777.810,00 |
| | | 846 | Outros Encargos Especiais | 100.464.377,00 | 268.557,00 | 100.732.934,00 |
| 09 | Previdência Social | 272 | Previdência do Regime Estatutário | 228.264.661,00 | 1.504.551,00 | 229.769.212,00 |
| Total | | | | 883.654.266,00 | 7.830.086,00 | 891.484.352,00 |

Fonte: SIAFI 2021

No Balanço Orçamentário, a coluna "Dotação Atualizada" registra o montante composto pelo valor da "Dotação Inicial" acrescido do saldo da movimentação de crédito, ou seja, o saldo entre os valores recebidos como créditos adicionais e os cancelamentos/remanejamentos.

No exercício de 2021, o saldo da movimentação de crédito foi de R\$ 7.830.086,00, cuja composição segue no quadro abaixo, segregado por função e subfunção:

Quadro 2 - Créditos Adicionais por Função e Subfunção

| Função Governo | | Subfunção Governo | | Dotação Suplementar | Dotação Cancelada e Remanejada | Saldo da Movimentação de Créditos |
|----------------|--------------------|-------------------|---------------------------|----------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| 28 | Encargos Especiais | 846 | Outros Encargos Especiais | 145.858,00 | - | 145.858,00 |
| 02 | Judiciária | 122 | Administração Geral | 13.560.897,00 | (7.127.700,00) | 6.433.197,00 |
| | | 131 | Comunicação Social | - | (522.077,00) | (522.077,00) |
| | | 846 | Outros Encargos Especiais | 268.557,00 | - | 268.557,00 |
| | | 09 | Previdência Social | 272 | Previdência do Regime Estatutário | 1.504.551,00 |
| Total | | | | 15.479.863,00 | (7.649.777,00) | 7.830.086,00 |

Fonte: SIAFI 2021

Na dotação atualizada não estão computados os créditos recebidos por descentralização, as provisões (descentralizações internas) e os destaques (descentralizações externas) recebidos nos valores de R\$ 673.118,94 e R\$ 35.802.174,00, respectivamente. Todavia, são computados na coluna "Despesas Empenhadas", pois a execução se dá no âmbito deste Regional.

Portanto, o TRT6 também executa (empenha, liquida e paga) despesas decorrentes de créditos descentralizados. Trata-se de créditos autorizados na lei orçamentária de outros órgãos, a exemplo de Sentenças Judiciais (Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPV), e Projetos Nacionais oriundos do Tribunal Superior do Trabalho - TST, porém, executados por este Regional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

O demonstrativo abaixo evidencia o detalhamento do crédito recebido por descentralização no exercício de 2021, indicando a unidade orçamentária que realizou a descentralização e o plano orçamentário da despesa:

Quadro 3 - Créditos Recebidos por Descentralização

| Unidade Orçamentária | | Plano Orçamentário | Provisão Recebida | Destaque Recebido |
|----------------------|---|--|-------------------|----------------------|
| 15101 | Tribunal Superior do Trabalho | Trabalho Seguro | 14.910,00 | - |
| | | Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem | 15.090,05 | - |
| | | Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação | 17.250,25 | - |
| 26230 | Fundação Universidade Federal Vale do São Francisco | Precatórios | - | 97.417,00 |
| 71103 | Encargos Financeiros da União – Sentenças Judiciais | Requisições de Pequeno Valor | 625.868,64 | 35.704.757,00 |
| Total | | | 673.118,94 | 35.802.174,00 |

Fonte: SIAFI 2021

Também é possível observar, a partir do Balanço Orçamentário, o empenho, a liquidação e o pagamento das despesas orçamentárias do TRT6 do exercício 2021. Tais informações estão detalhadas no demonstrativo abaixo por Função e Subfunção de Governo para possibilitar a realização de análise comparativa com a programação da despesa:

Quadro 4 - Execução da Despesa Orçamentária

| Função Governo | Subfunção Governo | Despesas Empenhadas | Despesas Liquidadas | Despesas Pagas | |
|----------------|--------------------|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 02 | Judiciária | 061 Ação Judiciária | 1.922.960,61 | 1.872.741,44 | 1.872.741,44 |
| | | 122 Administração Geral | 514.019.015,19 | 508.855.522,22 | 508.829.319,54 |
| | | 126 Tecnologia da Informação | 17.250,25 | 15.506,64 | 15.506,64 |
| | | 131 Comunicação Social | 578.694,61 | 535.238,43 | 535.238,43 |
| | | 301 Atenção Básica | 41.771.774,29 | 41.182.054,86 | 41.182.054,86 |
| | | 846 Outros Encargos Especiais | 95.980.118,12 | 95.912.952,80 | 95.912.952,80 |
| 09 | Previdência Social | 272 Previdência do Regime Estatutário | 229.768.212,04 | 229.754.062,44 | 229.754.062,44 |
| 28 | Encargos Especiais | 846 Outros Encargos Especiais | 36.493.829,85 | 36.493.829,85 | 36.493.829,85 |
| Total | | | 920.551.854,96 | 914.621.908,68 | 914.595.706,00 |

Fonte: SIAFI 2021

O valor apurado na coluna "Saldo da Dotação" do BO, totalizada em R\$ 29.067.502,96, equivale à diferença entre a "Dotação Atualizada", e as "Despesas Empenhadas".

O resultado de tal situação pode ser uma execução maior do que a programação da despesa. Verifica-se no Balanço Orçamentário da unidade, no grupo de Pessoal e Encargos Sociais, um montante empenhado maior do que a dotação final (atualizada), com o consequente saldo negativo na coluna "Saldo da Dotação".

Pelo exposto, esse fenômeno não representa uma irregularidade contábil, ocorre em virtude da execução de créditos descentralizados de outras unidades orçamentárias, conforme demonstrado no quadro de créditos recebidos por descentralização, quadro 3, e no demonstrativo abaixo detalhado por ação orçamentária:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

Quadro 5 - Execução da Despesa Orçamentária por Ação Orçamentária

| Ação Governo | Dotação Atualizada | Provisão Recebida | Destaque Recebido | Despesas Empenhadas | Crédito Disponível |
|---|------------------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------------------|---------------------------|
| Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) | - | - | 35.802.174,00 | 35.802.173,90 | - |
| Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadoria e Pensões Civis da União | 195.858,00 229.769.212,00 | - | - | 65.787,31 229.768.212,04 | 130.070,69 999,96 |
| Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor | - | 625.868,64 | - | 625.868,64 | - |
| Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações | 100.732.934,00 | - | - | 95.980.118,12 | 4.752.815,88 |
| Assistência Médica e Odontológica aos Servidores civis, empregados, Mi | 16.648.740,00 | - | - | 16.648.362,33 | 377,67 |
| Ativos Civis da União | 473.356.495,00 | - | - | 473.298.654,38 | 57.840,62 |
| Benefícios Obrigatórios aos Servidores civis, empregados, Mi | 25.129.070,00 | - | - | 25.123.411,96 | 5.658,04 |
| Ajuda de custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes PUB | - | - | - | - | - |
| Publicidade Institucional e de Utilidade Pública | 631.065,00 | - | - | 578.694,61 | 52.370,39 |
| Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação | - | 17.250,25 | - | 17.250,25 | - |
| Assistência Jurídica a Pessoas Carentes | 3.572.855,00 | - | - | 1.922.960,61 | 1.649.894,39 |
| Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | 41.448.123,00 | 30.000,05 | - | 40.720.360,81 | 757.762,24 |
| Total | 891.484.352,00 | 673.118,94 | 35.802.174,00 | 920.551.854,96 | 7.407.789,98 |

Fonte: SIAFI 2021

3.1.3 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados

Os anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário evidenciam a execução dos Restos a Pagar, neles é possível observar que foi inscrito o montante de R\$ 4.274.515,10, incluídos os processados e não processados, no exercício 2020 e em exercícios anteriores, deste valor, foram pagos ou cancelados durante o exercício 2021 cerca de 90%, restando saldo inscrito a pagar de apenas R\$ 434.273,92, que representa apenas 10,16% do valor registrado no início do exercício.

3.2 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro - BF demonstra a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, consoante disposto no art. 103 da Lei n.º 4.320/1964.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

Embora o BF apresente informações com um viés orçamentário, possibilitando, inclusive, a apuração do resultado orçamentário. Nele a evidenciação ocorre sob a ótica da fonte/destinação de recursos, diferentemente do Balanço Orçamentário que apresenta as informações por categoria econômica.

Ingressos

3.2.1 – Transferências Financeiras Recebidas

Considerando que o TRT6 não registra receitas orçamentárias, este subgrupo tem a maior parte da sua composição formada por sub-repasse recebido do CSJT, para atendimento da dotação consignada na LOA, das provisões e destaques recebidos, bem como, por valores relativos à restituição de receitas arrecadada por GRU em decorrência de recolhimento com código equivocado ou em duplicidade.

Sob a ótica de fonte de recurso, o montante de sub-repasse recebido pelo TRT6 no exercício de 2021 apresentou a composição conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 6 – Sub-repasse recebido por fonte de recurso

| Grupo Fontes | | Fonte Recursos | | 2021 | 2020 |
|--------------|---|----------------|---|-----------------------|-----------------------|
| 1 | Recursos do Tesouro – Exercício Corrente | 00 | Recursos Primários de Livre Aplicação | 664.651.300,75 | 605.888.565,45 |
| | | 27 | Custas Judiciais | 5.561.984,60 | 6.854.369,39 |
| | | 44 | Títulos de Responsabilidade do TN – Outras Aplicações | - | 1.389.137,03 |
| | | 51 | Recursos Livres da Seguridade Social | 16.698.739,97 | 15.764.671,00 |
| | | 56 | Contrib.do Serv. Para o Plano Seg. Soc.Serv.Pub. | 73.068.550,00 | 77.868.436,00 |
| | | 69 | Contrib.Patronal para o Plano Seg. Soc.Serv.Pub. | 155.193.771,37 | 140.766.157,79 |
| 3 | Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores | 00 | Recursos Primários de Livre Aplicação | 4.112,00 | 9.476.178,66 |
| Total | | | | 915.178.458,69 | 858.007.515,32 |

Fonte: SIAFI 2021

As transferências recebidas independentes da execução orçamentária destinaram-se, além do pagamento dos Restos a Pagar, à restituição de receitas.

No exercício de 2021, os itens “Demais Transferências Recebidas” e “Movimentação de Saldos Patrimoniais” foram registrados de acordo com o código da GRU, conforme quadro abaixo:

Quadro 7 – Transferências recebidas por código de GRU

| Código Recolhimento GRU | | Demais Transferências Recebidas | Movimentação de Saldos Patrimoniais |
|-------------------------|--|---------------------------------|-------------------------------------|
| 18710 | STN-Custas Judiciais (CAIXA) | 1.092,75 | 5.892,75 |
| 18720 | STN- Custas Judiciais 2ª INSTANCIA (CAIXA) | 400,00 | 400,00 |
| 18740 | STN- Custas Judiciais (CAIXA/BB) | 206.523,99 | 295.692,25 |
| 18770 | STN-Emolumentos (CAIXA/BB) | 10.000,00 | 19.966,96 |
| 18822 | STN Outras Receitas | 95.137,09 | 98.412,10 |
| 18862 | Ressarc. Pagto. Honorários Tec. Periciais | 2.000,00 | 2.000,00 |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

| | | |
|--------------|-------------------|-------------------|
| Total | 315.153,83 | 422.364,06 |
|--------------|-------------------|-------------------|

Fonte: SIAFI 2021

3.2.2 – Recebimentos Extraorçamentários

Os itens desse subgrupo correspondem, principalmente, aos Restos a Pagar inscritos no exercício e às receitas extraorçamentárias recebidas. Entre os saldos dos ingressos extraorçamentários, destacam-se os seguintes: Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados - na condição de "A Liquidar" (conta contábil – 5.3.1.7.1.01.00) no valor de R\$ 5.915.751,36 e, na condição de "Em Liquidação" (conta contábil – 5.3.1.7.2.01.00) no valor de R\$ 14.194,92, totalizando R\$ 5.929.946,28. São os valores representados pelos saldos credores dos empenhos não liquidados, mas registrados como RP/Recebimentos Extraorçamentários, nos termos dos artigos 36 e 103, da Lei nº 4.320/1964, e ainda conforme o artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

Inscrição dos Restos a Pagar Processados – na condição de "RP Processados – Inscrição" (conta contábil – 5.3.2.7.1.00.00) no valor de R\$ 26.202,68 referente a empenhos dos contratos de manutenção predial; vigilância armada e motoristas.

Outros Recebimentos Extraorçamentários - o total da receita líquida arrecadada pelo TRT6 (fonte própria e fonte Tesouro), registrado na conta contábil 8.9.9.9.1.08.02 – Controle da Arrecadação na UG Arrecadora perfaz o montante de R\$ 28.754.757,16, contemplando, em termos percentuais, 82,40% do total dos Recebimentos Extraorçamentários.

O saldo apurado nesse subgrupo é bastante impactado pelo item "Outros Recebimentos Extraorçamentários". O montante apurado refere-se, principalmente, à movimentação por meio de Guias de Recolhimento da União em decorrência da atividade jurisdicional do TRT6 relativo às custas processuais e aos emolumentos. Também há o registro dos valores recebidos em função de contrato do TRT6 com instituição bancária para operacionalização da sua folha de pagamento, bem como em função de cessão do direito de uso de área nas dependências do Tribunal.

A partir de um comparativo com o exercício anterior é possível observar uma redução significativa neste item da programação financeira. A referida variação justifica-se pelo fato de que em 2020 houve decisão judicial que provocou a movimentação de R\$ 80.799.978,00 na contabilidade do TRT6, com o devido recolhimento à Secretaria do Tesouro Nacional, no quadro 8, tal valor está representado no item "Demais Códigos de Recolhimento".

O referido montante, inicialmente destinado à aquisição de imóvel para abrigar o Fórum Trabalhista do Recife, havia sido depositado em conta judicial vinculada a um processo de Mandado de Segurança que tramitou na Justiça Federal no Estado de Pernambuco. Com a extinção do citado processo judicial, o montante depositado foi recolhido à União. Portanto, tal fato também teve impacto no grupo das transferências financeiras concedidas, representada do lado dos dispêndios.

O quadro abaixo evidencia o detalhamento do montante apurado por código de recolhimento em ordem decrescente tomando como base o exercício de 2021, com destaque para os códigos que registraram os maiores valores recolhidos:

Quadro 8 – Outros Recebimentos Extraorçamentários por código de GRU

| Código de Recolhimento | | 2021 | 2020 |
|------------------------|---|----------------------|-----------------------|
| 18740 | STN-Custas Judiciais (CAIXA/BB) | 21.669.317,96 | 19.096.528,01 |
| 28969 | Receita Cessão Dir. Operacionalização Pagamento | 2.367.711,51 | 2.185.306,19 |
| 18821 | STN Outras Indenizações (Deduções Folha) | 2.017.007,87 | 113.490,03 |
| 18710 | STN-Custas Judiciais (CAIXA) | 990.968,00 | 688.528,34 |
| - | Demais Códigos de Recolhimento | 1.709.751,82 | 82.323.967,75 |
| Total | | 28.754.757,16 | 104.407.820,32 |

Fonte: SIAFI 2021



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

Dispêndios

3.2.3 – Despesas Orçamentárias

Os dispêndios relativos às Despesas Orçamentárias, decorrentes dos valores empenhados no exercício, apresentaram em relação ao valor apurado no exercício de 2020, um acréscimo percentual de 5,38%.

Considerando a classificação apresentada no BF, vale ressaltar que a alocação “ordinárias” evidencia o montante da despesa que foi executada com recursos de fontes que podem ser utilizadas livremente para finalidades diversas. Por outro lado, a alocação “vinculadas”, representa a execução de despesa com recursos oriundos de fontes com finalidades específicas de acordo com a norma vigente.

A fim de evidenciar a relação entre a origem e a aplicação dos recursos, o quadro abaixo demonstra o detalhamento da realização das despesas vinculadas, segregando-as por fonte de recursos com a indicação da Ação Orçamentária do valor executado:

Quadro 9 – Detalhamento das Despesas Vinculadas

| Fonte Recursos | | Ação Governo | | Total |
|--|---|--------------|---|-----------------------|
| 51 | Recurso Livres da Seguridade social | 00S6 | Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadoria | 50.000,00 |
| | | 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empr. | 16.648.362,33 |
| Total - Seguridade Social (Exceto Previdência) | | | | 16.698.362,33 |
| 56 | Contrib.do Serv. Para o Plano Seg. Soc. Serv. Pub. | 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | 73.068.550,00 |
| 69 | Contrib. Patronal para o Plano Seg. Soc. Serv. Pub. | 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | 155.195.111,04 |
| Total - Previdência Social (RPPS) | | | | 228.263.661,04 |
| 27 | Custas Judiciais | 0181 | Aposentadorias e Pensões Civis da União | 312.757,00 |
| | | 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | 5.505.046,00 |
| 50 | Rec. Próprios Primários de Livre Aplicação | 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | 2.817.099,00 |
| 81 | Recurso de Convênios | 4256 | Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | 4.881.646,35 |
| Total - Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | | | | 13.516.548,35 |
| Total Geral | | | | 258.478.571,72 |

Fonte: SIAFI 2021

3.2.4 – Transferências Financeiras Concedidas

Nas transferências financeiras concedidas independentes da execução orçamentária, totalizadas em R\$ 28.169.950,14, foram contabilizados R\$ 26.781.825,87, provenientes das receitas arrecadadas e transferidas ao Tesouro Nacional (fonte Tesouro).

A análise comparativa com o montante registrado no exercício de 2020 evidencia que o saldo apurado neste grupo foi bastante impactado pelo montante de R\$ 80.799.978,00 que fora recolhido para a Secretaria do Tesouro Nacional. Tal movimentação decorrente de decisão judicial foi esclarecida no item 3.2.2.

No TRT da 6ª Região, o registro do item “Movimento de Saldos Patrimoniais” guarda correspondência com o item “Outros Recebimentos Extraorçamentários” alocado do lado dos ingressos. Tal relação ocorre em virtude de que a maior parte do recolhimento que é registrado nessa conta, é destinada ao Tesouro Nacional e sua saída está registrada como transferências financeiras independentes da execução orçamentária.

Ressalte-se que as referidas transferências não abrangem os ingressos decorrentes do contrato do TRT6 com instituição bancária para operacionalização da sua folha de pagamento, bem como em função de cessão do direito de uso de área nas dependências do Tribunal. Tais valores constituem receitas próprias e são aplicados no custeio das despesas ordinárias do órgão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

A fim de possibilitar uma análise comparativa com o item 3.2.2, o demonstrativo a seguir detalha do montante transferido por código de recolhimento em ordem decrescente tomando como base o exercício de 2021, com destaque para os códigos que registraram os maiores valores recolhidos:

Quadro 10 – Detalhamento das receitas transferidas para a STN por código de Recolhimento

| Código de Recolhimento | | 2021 | 2020 |
|------------------------|--|----------------------|-----------------------|
| 18740 | STN-Custas Judiciais (CAIXA/BB) | 21.965.010,21 | 19.254.163,34 |
| 18821 | STN Outras Indenizações (deduções folha) | 2.017.007,87 | 113.490,03 |
| 18710 | STN-Custas Judiciais (CAIXA) | 996.860,75 | 692.184,58 |
| 18806 | Recup. Desp. Primária Exercícios Anteriores FTE 0100 | 848.984,75 | 81.014.112,44 |
| - | Demais Códigos de Recolhimento | 953.962,29 | 1.199.059,56 |
| Total | | 26.781.825,87 | 102.273.009,95 |

Fonte: SIAFI 2021

3.2.5 – Pagamentos Extraorçamentários

O saldo registrado no presente subgrupo é majoritariamente representado pelo pagamento dos Restos a Pagar.

No exercício de 2021, destacaram-se os pagamentos relativos a reembolsos de remuneração e encargos sociais de servidores requisitados de outros órgãos. Como também, os pagamentos de proventos de verbas de folha de pagamentos de pessoal relativo ao exercício de 2020, complementado pelos pagamentos relativos a outras despesas correntes e aos investimentos, conforme demonstrativo no anexo 1 do BO

Os depósitos restituíveis, no valor de R\$ 140.091,54, referem-se principalmente a cancelamentos de ordem bancária por devolução da instituição financeira e são contabilizadas na conta "8.2.1.1.4.00.00 - DDR utilizadas pro Pagt. Desp. Orç. e Outros".

3.2.6 – Saldo do Exercício Anterior e Saldo Para o Exercício Seguinte

Observa-se tanto no lado dos ingressos (Saldo do Exercício Anterior), como no lado dos dispêndios (Saldo para o Exercício Seguinte), cuja composição remete aos saldos das contas :1.1.1.1.2.20.01- Limite de saque com vinculação de pagamento, e 1.1.1.1.1.19.03 Demais Contas – CEF (Cauções contratuais em espécie), totalizando R\$ 55.262.414,92.

Destaque-se ainda o equilíbrio, em termos percentuais, da diferença entre os saldos apurados na abertura e no encerramento do exercício de 2021, de apenas 0,26%, conforme demonstrado no quadro 3.3.1 que abre as considerações acerca do B.P.

3.3 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial - BP evidencia a situação patrimonial em 31 de dezembro de 2021. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos, segregados em circulante e não circulante, no final do período, com base nos seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os atos potenciais.

Ativo Circulante

O ativo circulante é o conjunto de bens e direitos de uma entidade, que podem ser facilmente convertidos em capital no curto prazo. Ou seja, são os bens e direitos com alta liquidez. Sendo assim, dentre os ativos de uma organização, os ativos circulantes são os que possuem maior liquidez e, por isso, são conhecidos como ativos realizáveis a curto prazo e somaram R\$ 79.483.063,28 em ativos contabilizados para este órgão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

3.3.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa, totalizados em R\$ 55.262.414,92, contemplam o somatório dos valores em caixa e bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para as quais não haja restrições para uso imediato. Na tabela a seguir, pode-se visualizar a sua composição.

Quadro 11 - Ativo Circulante – Detalhamento por conta contábil do Caixa e Equivalentes de Caixa

| Conta Contábil | 2021 | 2020 |
|--|----------------------|----------------------|
| 1.1.1.1.1.19.00 – Bancos conta movimento – Demais Contas | 75.545,87 | 30.170,20 |
| 1.1.1.1.2.20.00 – Recursos Liberados pelo Tesouro | 55.186.869,05 | 55.091.038,67 |
| Total | 55.262.414,92 | 55.121.208,87 |

Fonte: SIAFI 2021

Computados neste item os saldos em 31/12/2021, a conta "Bancos Conta Movimento" reflete o montante dos depósitos e cauções, vinculados às garantias contratuais, no valor de R\$ 75.545,87.

A conta de recursos liberados pelo tesouro e fontes próprias, no montante de R\$ 55.186.869,05, apresenta a seguinte distribuição por fonte de recursos:

Quadro 12 - Caixa e Equivalentes de Caixa – Por Fonte de Recurso

| Fonte de Recursos | Conta Contábil – 1.1.1.1.2.20.01 Limite de Saque | |
|--|---|----------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Fonte 100 – Rec. Ordinários | 9.017.354,93 | 3.137.228,56 |
| Fonte 127 – Custas e Emolumentos – Poder Judiciário | - | 279.210,76 |
| Fonte 150 – Rec. Próprios Primários de Livre Aplicação | 4.888.385,62 | 4.995.035,44 |
| Fonte 151 – Rec. Livres da Seguridade Social | 5.655,78 | 606,72 |
| Fonte 169 – Contribuição Patronal para PSSS | 14.528,35 | 1.718,42 |
| Fonte 181 – Rec. de Convênios | 1.773.238,62 | 2.189.533,02 |
| Fonte 350 – Rec. Próprios Primários de Livre Aplicação | 532.672,00 | 532.672,00 |
| Fonte 381 – Rec. de Convênios | 38.955.033,75 | 43.955.033,75 |
| Total | 55.186.869,05 | 55.091.038,67 |

Fonte: SIAFI 2021

3.3.2 – Créditos a Curto Prazo

No exercício de 2021, os direitos relativos aos valores de férias e 13º salário de 2022 pagos antecipadamente no mês de dezembro de 2021, assim como a antecipação da remuneração relativa ao mês de janeiro para os servidores que estariam em gozo de naquele mês e optaram pelo recebimento de tal adiantamento, representam a totalidade do grupo na conta "Créditos a Curto Prazo".

3.3.3 – Estoques

Este item foi representado em sua integralidade pelo saldo em 31/12/2021 da conta contábil 1.1.5.6.1.01.00 – Materiais de Consumo, no valor de R\$ 726.766,91, apresentando um decréscimo de 24,48% equivalente monetariamente a R\$ 235.595,84, em relação ao saldo apurado em 31/12/2020, segue detalhamento:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

Quadro 13 - Materiais de Consumo – Conta 1.1.5.6.1.01.00

| Conta Corrente | 2021 | 2020 |
|---|-------------------|-------------------|
| 16 – Material de Expediente | 335.633,75 | 418.969,82 |
| 17 – Material de TIC-Material de Consumo | 295.295,14 | 428.129,69 |
| 22 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização | 35.231,95 | 39.256,75 |
| 19 – Material de Acondicionamento e Embalagem | 23.341,52 | 25.883,26 |
| Demais Contas Correntes | 37.264,55 | 50.123,23 |
| Total | 726.766,91 | 962.362,75 |

Fonte: SIAFI 2021

O encaminhamento dos saldos dos bens de consumo em estoque no almoxarifado (RMA) foi realizado pela unidade de patrimônio deste Tribunal e está consonante com os saldos contábeis registrados no SIAFI.

3.3.4 – VPDs Pagas Antecipadamente

O item em referência apresentou saldo total de R\$ 93.999,42, relativo à assinatura de anuidades de periódicos e revistas, bem como prêmios de seguros a apropriar, cujas parcelas de despesa antecipada terão suas respectivas baixas patrimoniais contabilizadas no decorrer de 2021.

Ativo Não Circulante

Compreende os ativos que possuem expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis, e soma R\$ 175.889.088,18 em ativos contabilizados para este órgão.

3.3.5 – Ativo Realizável a Longo Prazo

No item “Créditos a Longo Prazo” no exercício de 2021, o saldo está segregado em duas contas contábeis: a primeira “1.2.1.2.1.98.14 – créditos a recuperar” no valor de R\$ 346.059,59, referente a contabilização de créditos pela desoneração da folha em revisão de contratos e enviados para análise e inscrição na dívida ativa pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-PGFN e a segunda “1.2.1.2.1.98.26 – adiantamento de contribuições futuras - FUNPRESP” no valor de R\$ 694.585,07, decorrente dos registros da correção monetária incidente sobre o aporte ao FUNPRESP-JUD efetivado pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, utilizando como índice de atualização sobre o valor inicial corrigido, o IPCA, contabilizado nos moldes da Mensagem CFIN/CSJT nº 40/2015.

Houve um ajuste no mês de dezembro de 2021, baixa referente à devolução de parcela do aporte inicial da FUNPRESP, em atendimento da Mensagem da Secretaria de Orçamento e Finanças - SEOFI/CSJT nº 048/2021 no valor de R\$ 103.755,17.

3.3.6 – Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que lhes transfiram os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Bens Móveis

Este item compreende o valor das aquisições ou incorporações de bens corpóreos, que tenham existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social e que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

Na adoção inicial dos procedimentos relativos à avaliação patrimonial de bens do ativo imobilizado, consoante o disposto nas macrofunções 02.03.35 e 02.03.30 (na versão do exercício 2010) alguns grupos de bens móveis adquiridos, incorporados ou colocados em utilização por este Tribunal em exercícios anteriores a 2010 não foram contemplados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

A Divisão de Material e Logística – DMLog, foi informada de que a existência no acervo patrimonial do TRT6 de bens móveis que não passaram pelo processo inicial de avaliação, para os quais não houve registro contábil regular de depreciação, enseja a anotação de restrições mensais quando do registro da conformidade contábil no SIAFI.

Houve também, comunicação da unidade de contabilidade para a DMLog no sentido de informar sobre a publicação do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) como anexo da Portaria STN nº 548/2015 que dispõe sobre prazos-limites para adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Foi destacado o item 3.3 do PIPCP que aborda as questões relacionadas à implantação dos procedimentos relativos aos bens móveis e imóveis, a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, inclusive quanto ao prazo de obrigatoriedade dos respectivos registros contábeis.

Por ocasião da elaboração do Relatório de Inconsistências Contábeis previsto nas Normas de Encerramento do Exercício 2021 do Manual SIAFI, a unidade de Contabilidade solicitou à DMLog, informações acerca da existência de bens que, até o encerramento do exercício base do referido relatório, não passaram pelo processo inicial de avaliação e não se sujeitam ao registro contábil do processo de depreciação.

Em resposta, aquela unidade reiterou a grande dificuldade da operacionalização de tal procedimento, destacou a expectativa para a implantação de novo sistema de patrimônio ainda no exercício 2022. Afirmou ainda que nesse contexto, tal pendência foi exaustivamente debatida no sentido de sanar definitivamente a divergência existente. Por fim, informou já ter sido iniciado todo o processo de consultas de preços com vistas à reavaliação dos grupos de bens adquiridos antes de 2010.

O item “Bens Móveis” no valor de R\$ 21.211.281,11, refere-se ao valor líquido dos bens móveis do TRT6, equivalente a 12,69% do total do Ativo Imobilizado deste Regional.

É importante destacar o registro da baixa de bens móveis por doação/transferência, o que totalizou R\$ 445.234,58, conforme detalhamento abaixo:

Quadro 14 - Doações/Transferências Concedidas

| Conta Contábil | Entes Beneficiados | 2021 | 2020 |
|---|---|-------------------|------------------|
| 35.911.01.00 Doações/Transferências Concedidas | Outros Órgãos (ONG – Moradia e Cidadania) | 116.011,15 | - |
| 35.912.01.00 Doações/Transferências Concedidas | União | 42.612,85 | 42.007,19 |
| 35.914.01.00 Doações/Transferências Concedidas | Estados | 220.496,69 | - |
| 35.915.01.00 Doações/Transferências Concedidas | Municípios | 66.113,89 | - |
| Total | | 445.234,58 | 42.007,19 |

Fonte: SIAFI 2021

O item “Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis” no valor R\$ 49.288.488,24, refere-se ao reconhecimento mensal acumulado do exercício de 2010 até o final de 2021, deduzidos os valores de reversões pelo desfazimento de bens permanentes.

Os critérios adotados para a depreciação e a redução ao valor recuperável foram:

O cálculo da depreciação dos bens móveis é realizado pelo Sistema Informatizado de Controle Patrimonial da Divisão de Material e Logística do TRT6;

Adoção do procedimento de depreciação mensal sobre os bens distribuídos a partir de janeiro de 2010.

Quadro 15 - Ativo Não Circulante – Composição da Depreciação Acumulada

| Conta Corrente | Descrição | 2021 | 2020 |
|----------------|--|---------------|---------------|
| 123110201 | Equip. de Tecnologia da Informação e Comunicação/TIC | 29.531.819,17 | 25.574.373,80 |
| 123110303 | Mobiliário em Geral | 10.849.532,99 | 9.446.039,34 |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

| | | | |
|--------------|--|----------------------|----------------------|
| 123110301 | Aparelhos e Utensílios Domésticos | 2.107.493,04 | 1.830.815,18 |
| 123110503 | Veículos de Tração Mecânica | 2.071.475,37 | 1.822.231,53 |
| 123110107 | Máquinas e Equipamentos Energéticos | 1.961.507,51 | 1.628.828,97 |
| 123110405 | Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto | 1.051.037,34 | 879.749,68 |
| 123119909 | Peças Não Incorporáveis a Imóveis | 675.231,18 | 623.982,71 |
| 123110105 | Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro | 551.912,61 | 437.340,37 |
| | Demais Contas Correntes | 488.279,03 | 436.036,07 |
| Total | | 49.288.488,24 | 42.679.397,65 |

Fonte: SIAFI 2021

No exercício de 2021, houve registro de ajuste na conta de "Redução ao Valor Recuperável", relativo ao levantamento efetuado pela Divisão de Material e Logística - DMLOG, em atendimento à recomendação da Secretaria de Auditoria deste Tribunal, em relação a bens doados nos exercícios de 2015 e 2016 e que já haviam sido baixados do sistema de patrimônio. Segue abaixo tabela com a indicação dos saldos antes e após os respectivos ajustes nas suas contas correntes:

Quadro 16 - Ativo Não Circulante – Saldo Acumulado da Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado

| Conta Contábil Redução ao Valor Rec. de Imobilizado - Móveis 1.2.3.9.1.01.00 | | 2021 | 2020 |
|---|--|---------------------|---------------------|
| 123110303 | Mobiliário em Geral | 3.406.468,30 | 4.741.080,67 |
| 123110301 | Aparelhos e Utensílios Domésticos | - | 778.916,25 |
| 123110107 | Máquinas e Equipamentos Energéticos | - | 68.643,27 |
| 123119909 | Peças Não Incorporáveis a Imóveis | - | 43.822,58 |
| 123110103 | Equip./Utensílios Médicos, Odont, Laboratoriais e Hospitalares | 17.554,87 | 36.681,61 |
| 123110125 | Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos | - | 23.437,20 |
| - | Demais Contas Correntes | - | 47.871,13 |
| Total | | 3.424.023,17 | 5.740.452,71 |

Fonte: SIAFI 2021

O encaminhamento dos saldos dos bens móveis (RMB) foi realizado pela unidade responsável pelo controle patrimonial deste Tribunal e está em consonância com os saldos contábeis contidos no SIAFI.

Bens Imóveis

O item "Bens imóveis" (registrados ou não no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUNET), no valor líquido de R\$ 145.888.900,29, contribuiu com 87,30% para a formação do Ativo Imobilizado. Verifica-se um acréscimo de 64,63%, em comparação aos valores brutos do exercício de 2020.

No exercício de 2021, houve um expressivo registro do reconhecimento das reavaliações de imóveis nas contas contábeis de ativos com registros ou não no SPIUNET, em conformidade com os laudos de reavaliações encaminhados pela Divisão de Planejamento Físico - DPLAN, em atendimento às recomendações da Secretaria de Auditoria e Controle Interno - SAUD contidas no relatório preliminar de comunicação de distorções (Proad 15.077/2020) no valor de R\$ 74.617.479,85.

Em contraponto, houve o registro de baixas no valor de R\$ 16.163.723,56, sendo R\$ 4.705.239,22 relativo a devolução de bens imóveis à Secretaria de Patrimônio da União, conforme observado no item 3.4.11 e Quadro 24 da DVP. O saldo remanescente de R\$ 11.458.484,34, remete a baixas de bens imóveis realizadas no SIAFI por solicitação da unidade responsável pela gestão dos bens imóveis no TRT6. Maiores esclarecimentos acerca destes registros contábeis foram apontados no item 3.3.12 do Balanço Patrimonial.

A conta "Bens de uso especial registrados no SPIUNET" tem seus lançamentos contábeis no SIAFI advindos dos registros efetuados a partir do SPIUNET, ou seja, quando da inclusão, exclusão ou alteração de valores no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

SPIUNET, é gerado automaticamente um documento no SIAFI, o qual faz os ajustes necessários nas contas contábeis que registram os saldos dos bens.

Os valores das reavaliações acima mencionadas foram registrados tanto no SPIUNET para os bens registrados naquele sistema, quanto diretamente no SIAFI na conta contábil de ativo não registrados no SPIUNET, tendo como base os laudos técnicos emitidos pela DPLAN. Segue demonstrativo das reavaliações abaixo:

Quadro 17 - Demonstrativo de Reavaliações realizado no exercício de 2021

| Conta Corrente / RIP de Utilização | Município | Valor da Reavaliação |
|---|---------------------------|-----------------------------|
| 2383000025006 | Catende-PE | 277.358,33 |
| 2419000395002 | Garanhuns-PE | 141.965,46 |
| 2535002885005 | Ribeirão-PE | 667.239,84 |
| 2573000055008 | São Lourenço da Mata-PE | 448.594,37 |
| 2605000085006 | Timbaúba-PE | (265.731,42) |
| 2627000825000 | Vitória de Santo Antão-PE | 1.426.635,68 |
| 2423000075006 | Goiana-PE | 130.899,34 |
| 2531010115008 | STIC - Afogados-PE | 5.015.617,34 |
| 2531008835007 | Edifício Sede – Lote B | 2.991.181,34 |
| 2531004135000 | Edifício Sede – Lote A | 776.282,28 |
| 2531008855008 | Edifício Sede – Lote C | 9.072.543,76 |
| IM8607036 | Edifício-Sede | 30.260.221,24 |
| IM8607009 | Fórum de Araripina | 3.667.209,76 |
| IM8607013 | Fórum de Carpina | 2.222.292,38 |
| IM8607018 | Fórum de Ipojuca | 1.125.219,40 |
| IM8607019 | Fórum de Limoeiro | 2.820.429,32 |
| IM8607046 | Fórum de Paulista | 2.410.831,56 |
| IM8607022 | Fórum de Pesqueira | 2.466.299,77 |
| IM86VTPAL | Fórum de Palmares | 1.853.490,24 |
| IM8616115 | Edifício-Anexo II | 7.108.899,86 |
| Total | | 74.617.479,85 |

Fonte: SIAFI 2021

Maiores informações acerca dos registros contábeis das reavaliações e as respectivas contrapartidas estão descritas no item 3.3.10.

Quanto à depreciação de bens imóveis, houve registro de depreciação acumulada, efetuado pela CCONT/STN com base nos valores dos bens imóveis cadastrados no SPIUNET, totalizando, até 2021, R\$ 3.543.738,74.

3.3.7 – Intangível

No TRT6, o Ativo Intangível é integralmente composto por softwares, totalizando, em 2021, o montante de R\$ 7.748.262,12.

Considerando a indicação da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – STIC, ainda em 2019, todos os valores do intangível foram classificados como de vida útil indefinida.

Assim como fora feito no exercício de 2020, a Divisão de Contabilidade solicitou também no exercício de 2021, a apreciação da supracitada unidade acerca da manutenção da condição dos ativos como de vida útil indefinida (MCASP 8ª edição, item 6.8.7), com a indicação por parte da STIC de manutenção da condição até então registrada contabilmente.

Passivo Circulante

Este subgrupo em referência compreende as obrigações de curto prazo, totalizadas, no exercício de 2021, em R\$ 4.547.684,54, apresentando um acréscimo muito relevante em relação ao exercício de 2020. Tal situação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

ocorreu principalmente em virtude de alteração de critério contábil em atendimento à mensagem SEOFI/CSJT nº 020/2021, que alterou a Nota Técnica SEOFI/CSJT nº 1/2019.

3.3.8 – Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo

Este é o item mais representativo do subgrupo do passivo circulante no valor de R\$ 4.509.440,38 cuja composição comporta o saldo remanescente de precatório de pessoal, como também do passivo de pessoal, sendo este último atualizado pela unidade de pagamento de pessoal, submetido ao reconhecimento da Ordenadoria da Despesa e só então encaminhado à contabilidade para o registro contábil.

No exercício de 2021, o procedimento acima descrito foi efetuado em atendimento às Mensagens SEOFI/CSJT nº 028 e 035/2021 que tratam do levantamento do saldo atualizado dos passivos e das demandas administrativas pendentes de pagamento na Justiça do Trabalho.

Para orientar a contabilização de passivos na Justiça do Trabalho foi publicada a Nota Técnica SEOFI/CSJT nº 01, de 05 de setembro de 2019, que em recente alteração (10/06/2021), passou a prever que "os passivos trabalhistas exigíveis da justiça do trabalho deverão ser classificados como circulantes". Sendo assim, a unidade contábil do TRT6 promoveu a reclassificação do montante relativo à referida despesa, uma vez que até então, estava registrado como obrigação de longo prazo, em razão da imprevisibilidade da data de pagamento, conforme pode ser observado no demonstrativo abaixo:

Quadro 18 – Movimentação dos Saldos dos Passivos Administrativos

| Conta Contábil | 31.12.2020 | Ajustes | Pagamentos | 31.12.2021 |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| 2.1.1.1.1.04.00 – Obrig. Trab. a Pagar – CP | - | 5.982.389,52 | (3.295.471,17) | 2.686.918,35 |
| 2.2.1.1.1.04.00 – Obrig. Trab. a Pagar – LP | 6.217.364,17 | (6.217.364,17) | - | - |
| 2.1.1.4.2.98.00 - Outros Enc. Soc.- Int. OFSS | - | 194.170,51 | 82.340,16 | 111.830,35 |
| 2.2.1.4.2.98.00 - Outros Enc. Soc.- Int. OFSS | 64.433,73 | (64.433,73) | - | - |
| Total | 6.281.797,90 | (105.237,87) | 3.377.811,33 | 2.798.748,70 |

Fonte: SIAFI 2021

Observa-se que o saldo da conta contábil 2.1.1.1.1.04.00 é de R\$ 2.701.113,27, ou seja, com um valor a maior de R\$ 14.194,92 em relação ao valor do quadro acima, tal situação decorre em função do registro do cancelamento da ordem bancária, após remessa ao banco, no último dia útil do ano, com reapresentação e liquidação no início do exercício subsequente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

Há ainda o registro na conta precatório a pagar relativo à inexecução parcial do montante de R\$ 37.383.718,00, cujo pagamento realizado alcançou o valor de R\$ 35.704.756,90. O saldo orçamentário

remanescente foi devolvido. O registro residual do saldo de R\$ 1.581.544,10 na conta de passivo circulante deverá ser baixado no exercício 2022.

3.3.9 – Demais Obrigações a Curto Prazo

No exercício de 2021, este item tem como destaque o registro dos depósitos retidos de fornecedores, conforme previsão contratual, principalmente para fazer face aos encargos trabalhistas, previdenciários e outros dos funcionários das empresas prestadoras de serviço para este regional.

Passivo Não Circulante

O subgrupo em referência compreende as obrigações de longo prazo totalizadas, no ano de 2021, em R\$ 75.545,87, referente ao saldo da conta contábil 2.2.8.8.1.04.02 – Depósitos e Cauções Recebidos, apresentando um decréscimo muito relevante em relação ao exercício de 2020. Tal situação ocorreu em função da reclassificação das contas de passivos de pessoal (servidores do TRT6 e requisitados de outros entes) e respectivos encargos, de longo para curto prazo, reconhecidos e apurados, em atendimento à mensagem SEOFI/CSJT nº 020/2021, conforme detalhado no item 3.3.8.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido – PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da unidade, ou seja, representa a diferença entre o Ativo (Circulante e Não Circulante) e o Passivo (Circulante e Não Circulante). A tabela a seguir apresenta a estrutura atual do PL.

3.3.10 – Demais Reservas

O item “Demais Reservas” no valor de R\$ 53.934.893,53 é formado integralmente pelo registro da contrapartida das reavaliações de bens imóveis, em atendimento à Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao valor Recuperável, atualizada em 22 de junho de 2021, incorporando as orientações do Manual de Contabilidade no sentido de que o valor contábil que aumentar em virtude da reavaliação deve ser creditado diretamente à conta de reserva de reavaliação (MCASP 8ª edição, Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, item 5.4.1 – Registro Contábil da Reavaliação de Ativos).

No início do exercício 2021, os registros relativos às reavaliações da conta “Bens de Uso Especial não Registrados no SPIUNET” foram realizados pela Seção de Análise Contábil utilizando, para tanto, o evento do Siafiweb (IMB007 – Reavaliação de Bens Imóveis a Maior c/c 008 – do exercício), cuja contrapartida do lançamento é o registro na conta de VPA 4.6.1.1.1.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis.

Após consulta à Setorial Contábil foi informado que o evento (59.1.429) constante da situação IMB007 havia sido excluído em 14/06/2021 em cumprimento ao MCASP e a NBC TSP 7/2017. Para os ajustes dos lançamentos no SiafiWeb efetuados no início do exercício de 2021, foi sugerido que a unidade promovesse a inclusão de nota de lançamento utilizando o evento (59.5.656). Em cumprimento à orientação encaminhada foram estornados os lançamentos promovidos pela situação IMB007, e incluindo novos registros no sistema com a situação IMB206.

Quanto às reavaliações que envolvem a conta “Bens de uso registrados no SPIUNET”, cuja contabilização ocorre automaticamente no SIAFI, a setorial contábil informou que a STN ainda está em tratativas com a Superintendência do Patrimônio da União - SPU para atualização do Sistema SPIUNET.

Desta forma, até o encerramento do exercício, as contrapartidas relativas às reavaliações lançadas diretamente no SPIUNET permaneceram sendo registradas em conta contábil de VPA.

3.3.11 – Resultado do Exercício

O item “Resultado do Exercício” no valor de R\$ 23.524.649,79 representa o resultado da diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e as Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP. No processo de encerramento, o resultado apurado no período é transferido para o item Resultado do Exercício do Patrimônio Líquido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

O resultado foi fortemente impactado pelos lançamentos do reconhecimento de novos registros das reavaliações dos ativos controlados na conta "Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET", tendo em vista que conforme abordado no item 3.3.10, ainda não houve a atualização do sistema SPIUNET e, portanto, os

lançamentos contábeis gerados automaticamente no SIAFI como contrapartida das reavaliações anotadas no sistema SPIUNET, no exercício de 2021, ocorreram na conta de Variação Patrimonial Aumentativa.

3.3.12 – Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2021, houve registro de vários itens, com destaque para a baixa dos bens imóveis no valor de R\$ (11.458.284,34) cujos valores estavam registrados em duplicidade, e que já haviam sido baixados do sistema de gestão de imóveis, em atendimento à recomendação da Secretaria de Auditoria deste Tribunal. Como também, a apropriação de fatura de fornecedores/prestação de serviço que só são apresentados no exercício subsequente. Segue abaixo demonstrativo com a consolidação dos registros realizados na referida conta contábil:

Quadro 19 - Ajustes de Exercícios Anteriores

| Itens | Valor |
|--|------------------------|
| Baixa/Incorporação de Bens Imóveis | (11.458.284,34) |
| Reconhecimento/ajuste de DEA ref. faturas fornec./prest. de serv. div | (2.229.915,76) |
| Baixa de juros do passivo de pessoal (Res. 137/2014 do CSJT, alterada pela 302/2021) | 1.250.936,16 |
| Ajuste de passivo contingente (em atendimento Msg SEOFI/CSJT 020.2021) | (977.090,30) |
| Demais apropriações de despesas de exercício anterior | (313.719,65) |
| Total | (13.728.073,89) |

Fonte: SIAFI 2021

3.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

A seguir, são elencadas as principais alterações patrimoniais que impactaram o resultado.

Variações Patrimoniais Aumentativas

Entre as variações patrimoniais que impactaram positivamente o patrimônio, no montante de R\$ 967.130.416,87, destacam-se:

3.4.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Os valores no item "Taxas" foram registrados na conta contábil "4.1.2.2.1.01.00 – Taxa pela Prestação de Serviços", são relativos à arrecadação de custas judiciais e emolumentos decorrentes da prestação de serviços judiciais, que no exercício de 2021 registrou o montante de R\$ 22.850.204,47, conforme detalhado no quadro abaixo, de acordo com o código de recolhimento:

Quadro 20 – Taxas – Por Código de Recolhimento

| Código de Recolhimento | | 2021 | 2020 |
|------------------------|--|----------------------|----------------------|
| 18740 | STN-Custas Judiciais (CAIXA/BB) | 21.669.166,50 | 19.094.993,58 |
| 18710 | STN-Custas Judiciais (CAIXA) | 990.968,00 | 688.528,34 |
| 18750 | STN-Custas Judiciais 2ª Instância (CAIXA/BB) | 84.060,10 | 53.857,41 |
| 18770 | STN-Emolumentos (CAIXA/BB) | 78.475,62 | 91.288,50 |
| 18720 | STN-Custas Judiciais 2ª Instância (CAIXA) | 27.534,25 | 28.458,61 |
| Total | | 22.850.204,47 | 19.957.126,44 |

Fonte: SIAFI 2021



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

3.4.2 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Os valores deste item são registrados na conta "4.3.3.1.1.01.00 - Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços e se referem à arrecadação de receitas decorrentes da cessão de direito real de uso de área pública (taxa de uso de imóveis) e da cessão do direito da operacionalização de folha de pagamento, no valor de R\$ 2.796.313,63.

3.4.3 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Neste item destaca-se o subitem de "Variações Monetárias e Cambiais" que teve o registro da atualização monetária (IPCA) no valor de R\$ 77.416,33, incidente sobre o montante atualizado do aporte ao Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal efetivado pelo TST.

3.4.4 – Transferências e Delegações Recebidas

O subitem "Transferências Intragovernamentais" no valor de R\$ 916.895.086,73, tem como montante mais representativo o registro relativo aos sub-repasses recebidos do CSJT na conta contábil "4.5.1.1.2.03.00 – Sub - Repasse Recebido", no valor de R\$ 915.178.458,69. Mais informações e detalhamento da composição dos valores aqui tratados podem ser observados no item 3.2.1 e quadro 6.

3.4.5 – Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

Neste item há saldo apenas no subitem "Reavaliação de ativos", referente à reavaliação de imóveis controlados na conta "Bens de uso especial registrados no SPIUNET", no valor de R\$ 20.948.317,74, registrada diretamente no sistema SPIUNET com reflexo automático no SIAFI.

Vale destacar que, até o encerramento do exercício, o sistema SPIUNET ainda não contemplava as alterações trazidas na atualização da Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao valor Recuperável, ocorrida no dia 22 de junho de 2021, incorporando as orientações do MCASP 8ª edição, Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, item 5.4.1 – Registro Contábil da Reavaliação de Ativos. Tal normativo prevê que "se o valor contábil da classe do ativo aumentar em virtude da reavaliação, esse aumento deve ser creditado diretamente à conta de reserva de reavaliação (ver item 3.3.10).

3.4.6 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

O subitem "Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas" é representado principalmente pelas contas contábeis "Indenizações" e "Restituições" nos valores de R\$ 2.188.169,85 e R\$ 1.265.761,67 respectivamente. Entre outros recolhimentos, são registrados nestes itens, as indenizações por dano ao patrimônio público, os registros decorrentes da aplicação de sanção administrativa, como também, os recolhimento de indenização à Fazenda Nacional decorrente do processamento da Folha de Pagamento de Pessoal.

Uma análise comparativa com o saldo registrado no exercício de 2020 permite observar uma redução bastante significativa do montante apurado. Nesse sentido, destaque-se mais uma vez a ocorrência de fato atípico em 2020 e o correspondente impacto contábil da decisão que extinguiu o processo judicial que tramitou na Justiça Federal de Pernambuco, no qual foi determinado o depósito do valor inicialmente destinado à aquisição de imóvel para abrigar o Fórum da capital. Com a extinção do processo, o recurso foi recolhido à União com os devidos registros na contabilidade do TRT6. Houve uma variação aumentativa na conta de "Restituições" e uma variação diminutiva registrada como transferências intragovernamentais. Maiores informações acerca da referida transação foram evidenciadas nos itens 3.2.2 e 3.2.4 do Balanço Financeiro.

Variações Patrimoniais Diminutivas

Entre as variações patrimoniais que diminuíram o patrimônio, no montante de R\$ 943.605.767,08, destacam-se:

3.4.7 – Pessoal e Encargos

Neste item, os grandes destaques ficam para os subitens "Remuneração a Pessoal" no valor de R\$ 452.780.137,27 que engloba as despesas relacionadas a vencimentos e salários, adicionais, gratificações natalinas de servidores ativos, como também o subitem "Encargos Patronais" no valor de R\$ 98.392.417,58,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

que registra os recursos destinado ao custeio do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSSS vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, juntos representam cerca de 94% do valor total do item.

Além dos valores acima, observa-se a composição do subitem “Benefícios a Pessoal” no valor de R\$ 26.108.211,05, cuja composição está detalhada na tabela abaixo:

Quadro 21 - Detalhamento de Benefícios a Pessoal

| Conta Contábil | | 2021 | 2020 |
|-----------------|------------------------------------|----------------------|----------------------|
| 3.1.3.1.1.01.00 | Auxílio Alimentação | 20.801.093,64 | 21.007.845,73 |
| 3.1.3.1.1.02.00 | Auxílio Transporte | 212.806,99 | 127.541,99 |
| 3.1.3.1.1.04.00 | Ajuda de Custo | 320.046,50 | 192.027,90 |
| 3.1.3.1.1.06.00 | Auxílio Creche | 3.039.841,07 | 3.328.284,02 |
| 3.1.3.1.1.99.00 | Outros Benefícios a Pessoal - RPPS | 1.682.681,73 | 979.295,14 |
| 3.1.3.2.1.01.00 | Auxílio Alimentação - RGPS | 43.849,28 | 64.615,68 |
| 3.1.3.2.1.06.00 | Auxílio Creche - RGPS | 7.891,84 | - |
| Total | | 26.108.211,05 | 25.699.610,46 |

Fonte: SIAFI 2021

Por fim, o subitem “Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos” no valor de R\$ 6.007.606,85 que se refere ao reembolso realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região aos órgãos cedentes de pessoal de outros entes.

3.4.8 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Neste item, destacam-se os subitens “Aposentadorias e Reformas” no valor de R\$ 179.902.823,56 que engloba as despesas relacionadas a aposentadorias e gratificação natalina de servidores inativos, além do subitem “Pensões” no valor de R\$ 48.888.697,45 que contempla as despesas com pensionistas e gratificação natalina.

Por fim, o subitem “Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais” corresponde aos auxílios assistenciais que no exercício de 2021 totalizou R\$ 430.200,97. Ainda que de materialidade inexpressiva em relação aos demais grupos desse item, considerando a relevância de tal informação, segue detalhada sua composição na tabela abaixo:

Quadro 22 - Detalhamento de Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais

| Conta Contábil | | 2021 | 2020 |
|-----------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| 3.2.9.1.1.01.00 | Auxílio Funeral | 414.049,34 | 326.686,46 |
| 3.2.9.1.1.02.00 | Auxílio Natalidade | 16.151,63 | 25.422,34 |
| Total | | 430.200,97 | 352.108,80 |

Fonte: SIAFI 2021

3.4.9 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Os valores deste item, no total de R\$ 58.038.201,61, englobam as despesas relacionadas com o funcionamento do TRT6, tais como: material de consumo estocado, despesas com serviços de terceiros e o valor da realização da depreciação anual.

O subitem “Serviços” no valor de R\$ 47.689.775,46 representa 82% deste subgrupo e está constituído pelos desembolsos dos valores de contratação de serviços diversos com destaque para prestação dos serviços de apoio administrativo na área de limpeza, vigilância, manutenção predial, assistência médico-hospitalar no programa de autogestão em saúde do TRT, serviços de atendimento e suporte na área de TIC e a despesa com o consumo de energia elétrica, entre outras.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

O subitem "Depreciação, Amortização e Exaustão" no valor de R\$ 8.640.442,23 representa o reconhecimento mensal dos registros dos lançamentos da depreciação nos bens móveis e bens imóveis de uso especial registrados no SPIUNET.

3.4.10 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Neste item de valor total de R\$ 481.351,50, o subitem "Variações Monetárias e Cambiais" representa quase 100% do total e refere-se, em 2021, principalmente aos lançamentos de acréscimos da atualização da correção monetária dos passivos administrativos nos meses de outubro, novembro e dezembro em observância à Mensagem SEOFI/CSJT nº 020/2021 que alterou a Nota Técnica SEOFI/CSJT nº 1/2019.

3.4.11 – Transferências e Delegações Concedidas

O subitem "Transferências Intragovernamentais" no valor de R\$ 28.169.950,14 representa cerca de 85% do total. Deste montante, R\$ 1.388.124,27 foi transferido em decorrência de cancelamento de saldo de empenhos inscritos em Restos a Pagar e R\$ 26.781.825,87 são valores de transferências provenientes do registro diário da arrecadação de guias de recolhimento da União, conforme demonstrativo que segue:

Quadro 23 - Transferências e Delegações Concedidas

| Código de Recolhimento | | 2021 | 2020 |
|------------------------|--|----------------------|-----------------------|
| 18740 | STN-Custas Judiciais (CAIXA/BB) | 21.965.010,21 | 19.254.163,34 |
| 18821 | STN Outras Indenizações (Deduções Folha) | 2.017.007,87 | 113.490,03 |
| 18710 | STN-Custas Judiciais (CAIXA) | 996.860,75 | 692.184,58 |
| 18806 | Recup.Desp.Primárias Exerc.Anteriores FTE 0100 | 848.984,75 | 81.014.112,44 |
| - | Demais Códigos de Recolhimento | 953.962,29 | 1.199.059,56 |
| Total | | 26.781.825,87 | 102.273.009,95 |

Fonte: SIAFI 2021

Acerca da representativa variação entre os saldos apurados neste item nos dois últimos exercícios, há que se considerar os efeitos no exercício 2020 da transferência para recolhimento à União do montante de R\$ 80.799.978,00 em cumprimento de decisão judicial conforme esclarecimento contido no item 3.4.6.

O subitem "Outras Transferências e Delegações Concedidas" no valor de R\$ 5.150.473,80 tem como principais valores os registros de transferências de imóveis para Superintendência de Patrimônio da União - SPU em Pernambuco, conforme quadro abaixo:

Quadro 24 - Transferências para SPU

| Imóvel | Nº INSCRIÇÃO | Valor (R\$) |
|-----------------------------------|---------------|---------------------|
| Posto avançado de Floresta | 2413000365007 | 1.710.440,63 |
| Boa Viagem - Memorial | 2531008265006 | 1.473.871,88 |
| 1ª VT Goiânia | 2423000075006 | 939.701,78 |
| Posto avançado de Sertânia | 2581000045003 | 581.224,93 |
| Demais transf./doações concedidas | - | 445.234,58 |
| Total | | 5.150.473,80 |

Fonte: SIAFI 2021

As "Demais Transferências/Doações Concedidas" informadas neste quadro, remetem a doações de bens móveis, cujo detalhamento pode ser melhor observado no quadro 14.

3.4.12 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Representando quase 99% do montante registrado neste item, merece destaque o subitem "Incorporação de Passivos" no valor de R\$ 38.013.320,14, que no exercício 2021 foi composto pelos registros de RPV/Precatórios efetuado pelo CSJT a serem pagos no exercício de referência, contabilizados na conta "3.6.4.1.2.01.00 - Incorporação de Passivos", para execução pelo TRT da 6ª Região por meio de descentralização interna e externa de créditos, conforme item 3.1.2.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

A grande variação entre os saldos apurados nos exercícios de 2020 e 2021 no subitem “Desincorporação de Ativos” deve-se à baixa contábil no exercício 2020 do registro de imóvel em virtude de decisão judicial, conforme tratado nos itens 3.2.2 e 3.2.4 do Balanço Financeiro.

3.4.13– Tributárias

Neste item, cujo montante apurado foi de R\$ 524.539,33, observa-se que as “Contribuições” no valor de R\$ 417.661,05, cerca de 80% do valor total, destaca-se o montante R\$ 386.536,53, relativo aos encargos

patronais incidentes sobre o pagamento de requisições de honorários periciais, relativo à ação de Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.

3.4.14– Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Destaca-se neste item o valor de R\$ 279.967,28, relativo às “Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas” com relevância para o registro das despesas com indenizações e restituições. Tais como, ressarcimento da cota parte de IPTU, despesa com reembolsos de combustíveis, reembolso de despesa de deslocamento de servidores e magistrados.

3.4.15 - Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial do período, obtido pelo confronto das Variações Patrimoniais Aumentativas, no valor de R\$ 967.130.416,87, com as Variações Patrimoniais Diminutivas, no importe de R\$ 943.605.767,08 equivale à diferença positiva de R\$ 23.524.649,79. Os valores registrados nas VPAs e VPDs são encerrados ao final do exercício e o referido resultado é registrado na conta de Patrimônio Líquido (Resultado do Exercício) do Balanço Patrimonial.

3.5 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

Tem por finalidade apresentar as informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o “caixa” em um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades. Permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

A DFC deve ser elaborada pelo método direto, de modo a evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, bem como nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

Ingressos

3.5.1 - Outros Ingressos Operacionais

O montante total dos ingressos está distribuído nos itens que compõem este subgrupo. O item “Transferências Financeiras Recebidas”, no valor de R\$ 916.895.086,73, representa cerca de 97% do total. O registro relativo aos sub-repasses recebidos do CSJT, a partir UG Setorial (UG 080017), no valor de R\$ 915.178.458,69 é a parcela mais representativa desse montante. Segue quadro com a composição do item ora apresentado:

Quadro 25 - DFC – Transferências Financeiras Recebidas - Composição

| Item | Conta Contábil | Valor (em R\$) |
|---|--|----------------|
| Transferências Recebidas por Execução Orçamentária | 4.5.1.1.2.03.00 - Sub-Repasso Recebido | 915.178.458,69 |
| | Subtotal A | 915.178.458,69 |
| Transferências Independentes da Recebidas Execução Orçamentária | 4.5.1.2.2.01.00 - Transferências Recebidas para Pgto Restos a Pagar. | 979.110,15 |
| | 4.5.1.2.2.02.00 - Demais Transferências Recebidas | 315.153,83 |
| | 4.5.1.2.2.03.00 - Movimentação de Saldos Patrimoniais | 422.364,06 |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

| | | |
|----------------------|------------|-----------------------|
| | Subtotal B | 1.716.628,04 |
| Total (A + B) | | 916.895.086,73 |

Fonte: SIAFI 2021

Maiores considerações e detalhamentos em relação aos valores apresentados no demonstrativo acima podem ser observados no item 3.2.1 e quadros 6 e 7 do Balanço Financeiro.

O item "Arrecadação de Outra Unidade" no valor de R\$ 28.754.757,16, foi contabilizado na conta contábil "8.9.9.9.1.08.02 (Controle de Arrecadação na UG Arrecadadora)", e corresponde às arrecadações de receitas administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional (fonte Tesouro) e pelo órgão arrecadador (fonte própria), realizadas por intermédio de GRUs, relacionadas às seguintes fontes de recursos:

Quadro 26 - DFC – Controle de Arrecadação por GRU - Por Fonte de Recursos

| Fonte de Recursos | Descrição da Fonte | 2021 | 2020 |
|-------------------|--|----------------------|-----------------------|
| 100 | Recursos Ordinários | 10.015.419,68 | 87.836.388,45 |
| 127 | Custas e Emolumentos - Poder Judiciário | 15.995.299,52 | 13.971.530,62 |
| 150 | Recursos não-financeiros diretamente arrecadados | 2.710.449,18 | 2.473.617,75 |
| 186 | Recursos vinculados aplicados a políticas públicas específicas | 33.588,78 | 126.283,50 |
| Total | | 28.754.757,16 | 104.407.820,32 |

Fonte: SIAFI 2021

A relevante variação observada no montante arrecado na fonte de Recursos Ordinário entre os exercícios aqui analisados deve-se ao fato de que no exercício 2020 houve o registro do montante de R\$ 80.799.978,00 recebido por meio de GRU em decorrência de decisão judicial. Mais informações acerca do evento ora tratado foram anotadas nos itens 3.2.2 e 3.2.4 do Balanço Financeiro.

Desembolsos

3.5.2 - Pessoal e Demais Despesas

O montante de R\$ 817.747.153,30, reflete a execução dos créditos autorizados no exercício 2021, não considerados os pagamentos das despesas com modalidade de aplicação 91 (Aplicação Direta Decorrente da Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

O valor apurado no subitem "Previdência Social" evidencia o desembolso com a folha de pagamento de aposentadoria e pensões. Quanto ao subitem "Encargos Especiais", estão representados nesta classificação a execução das despesas relacionadas a Precatórios e Requisição de Pequeno Valor, além dos pagamentos relativos ao Benefício Especial.

As despesas com pessoal e benefícios não enquadradas nos subitens tratados acima, bem como os desembolsos para as demais despesas do TRT6 no exercício em referência, estão contempladas no subitem "Judiciário".

3.5.3 – Transferências Financeiras Concedidas

No subitem "Intragovernamentais", o valor de R\$ 96.549.832,50 refere-se às despesas pagas na modalidade de aplicação 91 (Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social). No TRT6, tal desembolso está, essencialmente, relacionado às despesas com o Plano de Seguridade Social do Servidor - PSSS.

3.5.4 – Outros Desembolsos Operacionais

O título "transferências financeiras concedidas", que totalizou R\$ 28.169.950,14, cerca de 99% do montante apurado neste item de desembolso, reflete, principalmente, os valores das transferências provenientes do registro diário da arrecadação de guias de recolhimento da União.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

Desembolsos

3.5.5 – Aquisição de Ativo não Circulante

O montante de R\$ 2.012.630,72 apurado neste item corresponde à despesa orçamentária paga com ativos fixos tais como obras e instalações e equipamentos e outros materiais permanentes, computados os pagamentos de Restos a Pagar.

É importante destacar a relevante redução do valor apurado neste item, no exercício 2021, se relacionado ao exercício anterior. Tal variação tem justificativa fundamentada em evento atípico ocorrido no exercício 2020, que afetou a análise de vários itens de outras demonstrações contábeis, cuja origem foi exaustivamente evidenciada nos itens 3.2.2 e 3.2.4 do Balanço Financeiro e 3.4.6 da Demonstração das Variações Patrimoniais.

3.5.6 – Outros Desembolsos de Investimentos

No exercício 2021, as despesas do TRT6 que foram registradas neste item de desembolso das atividades de investimento abrangem os serviços de tecnologia da informação e comunicação no montante de R\$ 1.074.446,85.

3.5.7 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

O montante positivo de R\$ 141.206,05, apurado na geração líquida de caixa, em termos gerais, indica que houve mais entrada do que saída de recursos financeiros em 2021.

Todavia, considerando o volume de recursos movimentado ao longo do exercício, é possível considerar que houve um equilíbrio entre os valores registrados no início e no final do exercício na conta "Caixa e Equivalentes de Caixa". Outras considerações acerca de tais valores foram registradas no item 3.2.6 do Balanço Financeiro na demonstração do "Saldo do Exercício Anterior" e "Saldo para o Exercício Seguinte".

4. Outras Informações Relevantes

4.1 – Ajuste de Exercícios Anteriores

Regularmente, os registros que geram saldo nas contas de Ajustes de Exercícios Anteriores são decorrentes do reconhecimento de despesas de exercícios anteriores, ou seja, não reconhecidas em época própria.

Os critérios que definem se o passivo será incorporado em contrapartida de ajustes de exercícios anteriores estão dispostos na Macrofunção 02.11.41 - Ajuste de Exercícios Anteriores, nos casos relacionados a passivos de pessoal, observa-se, ainda, a Nota Técnica SEOFI/CSJT n.º 1/2019 e atualizações. Outras considerações e detalhamento da composição desse item no exercício 2021 podem ser observados no item 3.3.12 do Balanço Patrimonial.

4.2 – Passivo Contingente

No exercício de 2021 houve a transferência do saldo de R\$ 891.325,51 relativo a quintos incorporados provenientes da MPV 2.225/01 registrados na conta corrente "ADSINATQD" da conta contábil de passivo contingente para conta contábil de passivos exigíveis, considerando a indicação da Coordenadoria de Pagamento de Pessoal – CPP em virtude de decisões mais recentes de cortes superiores.

Por outro lado, foi registrada a transferência do montante de R\$ 271.620,03 de passivos exigíveis para passivos contingentes relativos a reembolso de pessoal requisitado atendendo solicitação da Secretaria de Gestão de Pessoas – SGEP. Segue tabela para melhor elucidação:

Quadro 27 – Movimentação dos Saldos dos Passivos Contingentes

| Conta Corrente | Valor em 31.12.20 | Ajustes | Valor em 31.12.21 |
|----------------|-------------------|--------------|-------------------|
| ADSINATQD | 891.325,51 | (891.325,51) | - |
| ADSOUTROS | - | 271.620,03 | 271.620,03 |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Cais do Apolo nº 739 – Recife-PE – CEP: 50030-902

Fone: (81) 3225-3512

| | | | |
|-------------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| Demais Contas Correntes | - | - | - |
| Total | 891.325,51 | (619.705,48) | 271.620,03 |

Fonte: SIAFI 2021

4.3 – Gestão de Riscos

No exercício de 2020, o Comitê de Gestão de Riscos, em função da situação da pandemia do Coronavírus, propôs o Plano de Tratamento de Riscos para os processos de trabalho impactados pelo trabalho remoto decorrente da pandemia do Corona vírus (COVID-19). Diversas unidades de trabalho do Tribunal tiveram seus Comitê Gestor de Riscos, outros necessitam de pequenos ajustes para posterior aprovação. O PTR do Processo de Gestão Orçamentária e Financeira está incluso no rol de processos revisados e tem como unidade responsável a Secretaria de Orçamento e Finanças.

Em 2021, houve a deliberação a respeito da priorização das estratégias para levantamento dos riscos dos processos de Provimento de Cargos de Magistrados e Servidores, do Processo de Segurança da Informação Institucional, com escopo apenas aos aspectos apregoados na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como, do Processo da Prestação Jurisdicional e do Processo de Correição. Os levantamentos de riscos relativos aos dois primeiros processos foram concluídos ainda em 2021, o levantamento de riscos para o terceiro processo foi suspenso por uma decisão do Comitê de Proteção de Dados e os demais foram programados para o início em Abril/2022.

Ainda no exercício de 2021 houve a análise do desempenho dos Planos de Tratamento de Riscos (PTR) do ativos que foram elaborados no período entre 2018 e 2021. Os indicadores utilizados para avaliação compreendem: (1) Índice de Processos de Trabalho com PTR; (2) Índice de Execução dos Planos de Tratamento de Riscos e (3) Índice de Execução do Plano de Comunicação. Todos esses Indicadores são apurados e consolidados diariamente por meio de sistemas automatizados disponíveis na Intranet do Tribunal. Contudo, são submetidos à apreciação do Comitê Gestor de Riscos em reuniões quadrimestrais conduzidas pela Coordenadoria de Gestão Estratégica.